UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
***CAMPUS* LARANJEIRAS DO SUL**
CURSO DE LICENCIATURA EDUCAÇÃO DO CAMPO: CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

GENIELLE GRACHEKI

CAMPESINATO E MERCADO: A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA, LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ

LARANJEIRAS DO SUL

2024

GENIELLE GRACHEKI

CAMPESINATO E MERCADO: A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA, LARANJEIRAS DO SUL – PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciada em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto

LARANJEIRAS DO SUL

2024

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Gracheki, Genielle
CAMPESINATO E MERCADO: A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA, LARANJEIRAS DO SUL ? PARANÁ / Genielle Gracheki. -- 2024.
51 f.:il.

Orientador: Doutor Roberto Antônio Finatto

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Sociais e Humanas, Laranjeiras do Sul,PR, 2024.

1. Agroecologia. 2. cestas agroecológicas. 3. comercialização. 4. mercado. 5. reforma agrária. I. Finatto, Roberto Antônio, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

GENIELLE GRACHEKI

CAMPESINATO E MERCADO: A PRODUÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DE CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA, LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Educação do Campo – Licenciatura, da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Licenciado(a).

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 02/07/2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
gov.br
ROBERTO ANTONIO FINATTO
Data: 09/07/2024 15:55:58-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Roberto Antônio Finatto – UFSC
Orientador

Documento assinado digitalmente
gov.br
FABIO LUIZ ZENERATTI
Data: 09/07/2024 19:05:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Fábio Luiz Zeneratti – UFFS
Avaliador

Documento assinado digitalmente
gov.br
REGINALDO DE LIMA CORREIA
Data: 09/07/2024 22:13:55-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Reginaldo de Lima Correia – UFFS
Avaliador

AGRADECIMENTOS

Chego aqui em mais uma etapa percorrida e concluída! Apesar das dificuldades enfrentadas, noites mal dormidas, crises de ansiedade e até mesmo medo de não conseguir chegar até aqui, posso dizer que cheguei! E como cheguei feliz… hoje, consigo perceber o meu amadurecimento, enquanto estudante, pesquisadora e mulher.

Sou grata a todas as pessoas que contribuíram de uma forma ou de outra para que isso fosse concretizado, seja com história de vida na comunidade, sorrisos, aprendizados, revisões, diálogos, sugestões, correções, incentivos e carinho. Tudo isso proporcionou um caminho seguido de pessoas iluminadas que me conduziram até aqui.

Assim, inicio, primeiramente, agradecendo aos meus pais José Gracheki Neto e Geni Terezinha Marcelites, pela história de vida e luta que tiveram para me educar, apesar das dificuldades enfrentadas.

Sou grata, mãe, pelos ensinamentos, proteção e suas orações diárias, as quais me iluminaram e me transmitiram energias positivas no período da minha graduação.

Ao meu pai pelo seu esforço, determinação, pelos dias que chegava cansado de sua jornada de trabalho para buscar o sustento para a nossa família e pela maneira honrada com a qual nos ensinou com sua honestidade.

Às minhas irmãs Jaqueline Gracheki e Gelice Gracheki, por sempre estarem ao meu lado e me incentivando.

Às minhas sobrinhas Analia Vitoria, Valentina e Maria Cecilia, pelo sentimento imensurável de amor que sinto por vocês e da esperança de que a tia precisava se formar, para ser exemplo a cada uma de vocês. Peço desculpas pelos dias em que não consegui retribuir atenção e carinho, devido às atividades e compromissos da universidade.

À minha avó Maria Luiza, mulher guerreira que sempre nos mostrou que o único caminho certo a se seguir é o da educação e da persistência. Apesar de tudo o que passou, criou seus filhos honrosamente, formou-se em Pedagogia e se aposentou como professora.

Aos meus tios, Elder José e Eldiovani, pela sua trajetória de luta e resistência, saindo cedo de casa, passando necessidades em um acampamento de lona na expectativa de buscar um futuro e uma vida digna. Isso, para mim, sempre será um orgulho!

Ao meu orientador, Roberto Finatto, pelas orientações, pela paciência e pelos ensinamentos, os quais levarei para minha vida. Um grande orientador, dedicado, comprometido e inteligente.

Aos professores e professoras pelos ensinamentos e dedicação com a nossa turma.

À Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), *locus* do conhecimento acadêmico e científico, conquista da luta dos movimentos sociais e entidades populares do campo.

E, de um modo muito especial, agradeço imensamente ao meu companheiro, Vitor de Moraes, o qual sempre esteve ao meu lado me dando forças e proporcionando os caminhos certos me segurando pela mão, fazendo-me acreditar no ser humano, a ter esperança na juventude, na militância, na resistência, na luta contra as injustiças sociais e, principalmente, a persistir, acreditando sempre que a única forma de a classe trabalhadora chegar lá é pela educação e por políticas públicas conquistadas. Obrigada por sempre acreditar em mim, por me apoiar, por me incentivar. Obrigada por tudo. Serei eternamente grata!

Portanto, o seu incentivo para o acesso à universidade me permitiu formar em uma universidade federal, eu, Genielle Gracheki, filha de mãe cozinheira e pai pedreiro. Mérito este que jamais no mundo alguém vai poder tirar de mim!!!

Isso tudo graças a todos e todas vocês!!! Obrigada.

Na verdade a maior dificuldade enfrentada é a luta contra o agronegócio. E, conscientização da população para entender que por mais difícil que seja, a produção de orgânico, ou seja, comida de verdade, ainda é o melhor caminho para humanidade. Claro, é muito mais difícil e exige muito mais trabalho e cuidado. Mas, certamente, é muito mais saudável do que comprar no mercado. Por exemplo, aquele pimentão tá lá bonito e brilhoso. Mas, a quantidade de veneno que está introduzido nele é incalculável. Sem contar que eles produzem uma quantidade enorme pra fins lucrativos. Nós, aqui, plantamos pouco, mas com dedicação e sabendo que na nossa moradia é praticamente tudo de qualidade e, principalmente, saudável. (Relato da Entrevistada 04, 2024).

RESUMO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso foi analisada a relação do campesinato com o mercado por meio da produção e da comercialização de cestas agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul – Paraná. A relevância deste trabalho está no fato de que permitiu dar visibilidade para a importância da reforma agrária e a produção de alimentos orgânicos, de real importância para a sociedade. Neste sentido, evidenciamos elementos do cotidiano da comunidade, como o trabalho, a organização e a cooperação para a geração de renda e a autonomia por meio da agroecologia. Inicialmente, situamos historicamente o processo de formação do acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul – Paraná. Em seguida, aprofundamos os conceitos de agroecologia, geração de renda e reforma agrária e, por fim, averiguamos a contribuição das cestas agroecológicas na geração de trabalho e renda do Acampamento Recanto da Natureza. O presente trabalho de pesquisa foi desenvolvido por meio de estudo bibliográfico e pesquisa de campo com entrevistas com cinco camponeses/as. A pesquisa é de natureza mista, qualitativa e quantitativa, ao inter-relacionar dados numéricos com a análise qualitativa. O referencial teórico está embasado no estudo de Oliveira (2001), Octaviano (2010) e Ploeg (2016 e 2009) em relação à compreensão do modo de produção, do conceito e histórico do campesinato e da construção histórica da agricultura no Brasil e a pesquisa nos estudos de Gerhardt (2009) e Lakatos (2003). A compreensão histórica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) está sintetizada a partir dos estudos de Morrissawa (2001). O Conhecimento do objeto de pesquisa está empiricamente amparado nas entrevistas, no trabalho de campo e no site do Assentamento Recanto da Natureza (2023) e em Zeneratti *et al*. (2017). Em relação à compreensão do conceito e histórico de Agroecologia, o embasamento se deu nas pesquisas de Altieri (2004), Caporal (2004) e Guhur e Toná (2012). A pesquisa permitiu evidenciar resultados significativos no que se refere à produção de alimentos agroecológicos, à comercialização da produção na geração do trabalho e à ampliação da renda no acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul – Paraná, desta forma contribuindo significativamente na vida dos camponeses que ali residem.

Palavras-Chave: Agroecologia; cestas agroecológicas; comercialização; mercado; reforma agrária.

ABSTRACT

In This academic conclusion work was analyzed the relation among the peasantry with the market by the production and commercialization of agroecological baskets at Recanto da Natureza Settlement, in Laranjeiras do Sul – Paraná. The relevance of this work is in fact that it allowed to give visiability to the importance of land reform and the production of organic food, of real importance to the society. In this way, we highlighted the day by day elements of the community, as the work, the organization and the cooperation to the income generation and autonomy by the agroecology. Inittialy, we historically situated the forming process of Recanto da Natureza Settlement, Laranjeiras do Sul – Paraná. Afterward, we approached the concepts of agorecology, income generation and land reform and, finally, we found out the contribution of agroecological baskets in work and income generation at Recanto da Natureza Settlement. The current search work was developed by bibliographic studies and field search interviewing five peasants. The search is from mixed, qualitative and quantitative nature, by interrelating numerical data with the quantitative analysis. The theoretical reference is grounded in Oliveira's (2001), Octaviano's (2010 and Ploeg's (2016 and 2009) studies in relation to the comprehension of the way of production, from concept and historical of peasantry and the historical construction of agriculture in Brasil and the search in studies of Gerhardt (2009) and Lakatos (2003). The historical comprehension of Movement of Lendless Rural Workers (MST) is sinthesyzed by the studies of Morrisawa (2001). The knowledge of research object is empirically supported in interviews, in the field work and on Recanto da Natureza Settlement's (2003) site and at Zeneratti *et al.* (2017). In relation to the comprehension of concept and historic of agroecology, the basement came about the search of Altieri (2004), Caporal (2004) and Guhur and Toná (2012). The search allowed highlight significant results regarding to the production of agroecological food, the commercialization of products in work generation and to the income enlargement at Recanto da Natureza Settlement, Laranjeiras do Sul – Paraná, this way significantly contributing in peasants' lifes who live there.

KEY WORDS: Agroecology; agroecological baskets, commercialization, marketplace; land reform.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO..... 10

2 **O CAMPESINATO NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA**. ……. 14

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA PELA TERRA DO MST …….. 18

2.2 A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA 24

3. MERCADO, CAMPESINATO E AGROECOLOGIA: AS CESTAS AGROECOLÓGICAS NO RECANTO DA NATUREZA …….. 29

3.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA ....….. 33

3.1.1 ANTECEDENTES E MOTIVAÇÃO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS 34

3.1.2 A PREPARAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS …….. 36

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS ……..... 47

REFERÊNCIAS 49

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso teve como objeto de estudo as famílias do acampamento Recanto da Natureza, com foco na comercialização dos produtos agroecológicos ali produzidos. Foi estudado o processo de produção e venda das cestas agroecológicas e o papel que elas exercem na geração de renda na comunidade.

Partiu-se, assim, da hipótese de que a comercialização das cestas é fundamental para a resistência do campesinato no caso estudado. Ao mesmo tempo, buscamos dar visibilidade para a produção agroecológica como alternativa para as áreas de reforma agrária. A pesquisa evidenciou elementos do cotidiano da comunidade, como o trabalho, a organização e a cooperação para a geração de renda e a autonomia por meio do desenvolvimento da produção agroecológica.

A relevância deste trabalho decorre do fato de chamar a atenção para a produção agroecológica pelo campesinato, apesar das dificuldades encontradas e de registrar uma das poucas iniciativas de entregas de cestas agroecológicas em Laranjeiras do Sul.

Nesta pesquisa, apresentamos as principais características da comunidade que dialogam com a Agroecologia. Investigamos como as ações em curso no acampamento se constituem como resistências do campesinato e contribuem para a melhoria da qualidade de vida das famílias.

A análise empírica e teórica permitiu compreender alguns aspectos da relação entre o campesinato e o mercado por meio da contribuição das cestas agroecológicas na geração de trabalho e renda das famílias no acampamento . Ao mesmo tempo, foi possível situar historicamente o acampamento Recanto da Natureza no contexto da questão agrária brasileira.

Assim, o trabalho teve como objetivo geral a análise da relação do campesinato com o mercado por meio da produção e da comercialização das cestas agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul. Os objetivos específicos foram: (a) apresentar as características do campesinato no conjunto da questão agrária brasileira; (b) compreender o histórico e a organização do acampamento Recanto da

Natureza; (c) caracterizar a relação do campesinato com o mercado por meio da comercialização das cestas agroecológicas; (d) analisar a importância das cestas agroecológicas para a geração de renda das famílias camponesas.

O referencial teórico utilizado está embasado em Oliveira (2001), Octaviano (2010), Ploeg (2016 e 2009) e Paulino (2008) em relação à compreensão do modo de produção capitalista, ao conceito e histórico do campesinato e à construção histórica da agricultura no Brasil. Os aspectos metodológicos da pesquisa estão embasados nos estudos de Gerhardt (2009) e Lakatos (2003). A compreensão histórica do MST está sintetizada a partir de Morrissawa (2001). Já o conhecimento do objeto de pesquisa está empiricamente amparado nas entrevistas, no trabalho de campo e no site do acampamento Recanto da Natureza (2023) e em Zeneratti *et al*. (2017). Em relação à compreensão do conceito e histórico da Agroecologia nos amparamos nas pesquisas de Altieri (2004), Caporal (2004) e Guhur e Toná (2012).

Este trabalho foi desenvolvido por meio de estudo bibliográfico e pesquisa de campo com visitas na comunidade. Foram realizadas entrevistas com livre e esclarecido consentimento das camponesas e dos camponeses participantes. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas, sendo com três camponeses e duas camponesas que participam ativamente da produção e da organização das cestas. Denominamos, assim, os camponeses entrevistados com número de 01 a 05 e, dentre esses, o entrevistado 05 é o motorista da associação Terra Livre e responsável pela comunicação para efetivação da comercialização das cestas. Já as entrevistadas 03 e 04 são camponesas, agricultoras e participantes na associação Terra livre do acampamento Recanto da Natureza, atuando na produção e na organização para a comercialização das cestas.

As entrevistas foram realizadas em dois períodos, em um primeiro momento com a visita no acampamento Recanto da Natureza, localizado em Laranjeiras do Sul, Paraná, realizadas no mês junho de 2023, para melhor entendimento histórico do acampamento e sua trajetória. Também observou-se nas visitas como eram realizados os plantios, as produções, e a organicidade do dia a dia dos camponeses e camponesas.

Em um segundo momento, as entrevistas foram realizadas no mês de janeiro de 2024, com as mulheres denominadas 03 e 04, para melhor entendimento e compreensão

sobre o processo de organização das cestas e sua comercialização. As entrevistadas participam ativamente no processo de organização das cestas e também na produção dos produtos. A entrevista foi semiestruturada, com questionário elaborado de forma a mostrar o objetivo desta pesquisa, de natureza mista: qualitativa e quantitativa ao inter-relacionar os dados com as análises.

Nesse sentido, compreende-se que em relação à abordagem qualitativa:

> (...) um informante não pode ser considerado somente representante da cultura estudada, porque os fenômenos observados junto aos sujeitos tomam uma coloração diferente, segundo a história pessoal de cada um. O informante é, ao contrário, uma testemunha e um produto, cujos pensamentos, raciocínios lógicos e práticas remetem às lógicas sociais e a determinados sistemas simbólicos (Gerhardt, 2009, p. 103).

A pesquisa qualitativa permite a conexão entre os estudos já realizados sobre o tema em diálogo com o sujeito que vive e testemunha a realidade. Já a importância de uma abordagem quantitativa, ocorre no sentido que permite que os dados tabulados contribuam para a análise qualitativa.

O método dialético de análise permitiu articular teoria, metodologias qualitativas e quantitativas com os dados empíricos para o estudo da realidade em movimento, em seu devido espaço e tempo histórico. Partimos da afirmação de Marconi e Lakatos (2003, p. 58): “toda realidade é movimento, e o movimento, sendo universal, assume as formas quantitativas e qualitativas, necessariamente ligadas entre si e que se transformam uma na outra”.

Nesse sentido, entendendo que, devido à realidade ser ampla e contraditória, as metodologias quantitativas e qualitativas se entrelaçam entre elas para explicar o todo do objeto que está sendo pesquisado. Portanto, os dados empíricos foram produzidos a partir de trabalho de campo com realização de entrevistas com os moradores do Recanto da Natureza de forma a dar ênfase ao objeto de pesquisa: as relações do campesinato com o mercado e a comercialização das cestas agroecológicas.

Para responder ao problema de pesquisa, este trabalho foi organizado da seguinte forma: no primeiro capítulo, apresentamos o campesinato no contexto da questão agrária brasileira, a luta pela terra, o histórico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a formação do acampamento Recanto da Natureza. No capítulo

seguinte, analisamos alguns aspectos característicos da relação do campesinato com o mercado e detalhamos como ocorre a produção e a comercialização das cestas Agroecológicas no acampamento Recanto da Natureza.

2 O CAMPESINATO NO CONTEXTO DA QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA

Este trabalho partiu da hipótese de que as famílias do acampamento estudado são camponesas, já que, entre outras características, possuem como base o trabalho familiar. Assim, o que apresentamos na pesquisa é a luta dos camponeses e das camponesas para a efetivação da Agroecologia em contradição ao modelo que está sendo imposto pela produção capitalista. De acordo com Ploeg (2009), os camponeses compõem um dos três arranjos político-econômicos presentes no campo (agricultura capitalista; agricultura empresarial; agricultura camponesa).

Para Ploeg (2009), na agricultura capitalista a relação salário-trabalho é central. Portanto, a relação de trabalho está baseada na exploração de mão de obra. Este mesmo entendimento é compartilhado por Oliveira (2001) que, ao estudar o processo de circulação na agricultura capitalista, identificou que o "movimento de circulação visa, antes de mais nada, à acumulação" (Oliveira, 2001, p. 54). Neste sentido, para que esse processo possa ser concretizado o seu objetivo estará vinculado ao interesse de obter lucro.

Segundo Oliveira (2001), a circulação de mercadorias na produção capitalista está baseada na fórmula D-M-D. Na qual, "D" significa dinheiro e "M" significa mercadoria. Neste viés, sua circulação é baseada na acumulação de dinheiro, para comprar mercadorias e conseguir mais dinheiro. Ou seja, na circulação da produção capitalista o intuito está vinculado por potencialização do valor.

Seguindo este pressuposto, o autor também identifica a forma de circulação utilizada para a produção camponesa, sendo esta diferente da forma de circulação da produção capitalista. Na forma de circulação simples de mercadoria, presente na agricultura camponesa, o objetivo não está relacionado com a acumulação ou a obtenção de lucro, mas, sim, ao valor de troca. Neste caso, temos a fórmula M-D-M.

Neste contexto, Oliveira (2001, p. 53) faz a distinção entre as diferentes formas de circulação, M-D-M e D-M-D, nos seguintes termos:

> Portanto, no ciclo M-D-M, a quantia de dinheiro que se obtém através da venda de uma mercadoria, vai ser consumida pela compra de outra mercadoria, em geral não produzida. Isto vale dizer que, nessa circulação, o dispêndio de dinheiro não guarda relação alguma com seu refluxo. O contrário acorre com a fórmula D-M-D em que o refluxo do dinheiro está condicionado pela forma como foi gasto.

Na forma de circulação da agricultura camponesa, baseada na circulação M-D-M, o objetivo é a geração de renda e a sobrevivência e não a acumulação de capital. Assim, a produção poderá gerar renda que será utilizada na compra de mais mercadorias. Essa mercadoria auxiliará no trabalho, como a compra de maquinários e melhorias na unidade de produção, bem como na qualidade de vida, nos cuidados da casa e nas demais benfeitorias.

Na pesquisa realizada, identificamos que na comunidade Recanto da Natureza não existe salário, a renda é oriunda da produção e da comercialização dos produtos *in natura* ou agroindustrializados. Dessa forma, efetiva a troca do dinheiro obtido (renda) por mercadorias necessárias para a produção e a qualidade de vida. Parte da produção é vendida e parte é destinada ao consumo familiar. Isso fica explícito nas palavras do Entrevistado 01 (2023):

> O que produzo aqui na lavoura, eu também consumo. O que vendo ajuda, daí posso comprar ferramentas, arrame pra fazer as cercas, tábuas e prego pra arrumá os chiqueiros, fio pra ajeitar os choques, e, assim, a gente vai arrumandinho! E isso só vende na cidade né, então a gente se vê obrigado a ir lá comprar.

Esse mesmo aspecto da organização camponesa é citado pelo Entrevistado 02 ao afirmar: "O que o rapaz não pega pra vender na cesta [agroecológica vendida], nós comemos. Não vai fora. E, o que entra de renda ajuda pra comprá as coisas aqui na morada, principalmente quando estraga as benfeitorias, sempre precisa tá arrumando."

Neste sentido, percebeu-se que a renda ajuda na melhoria da moradia, mas também proporciona qualidade de vida por meio da alimentação saudável. Outro aspecto destacado por Ploeg (2009) sobre a agricultura camponesa, entendida como um arranjo político-econômico específico no campo, é a sua relação próxima com a natureza. O autor percebe que as práticas camponesas possibilitam uma agricultura ecológica preocupada com o bem-estar da humanidade e que luta por autonomia e independência em relação ao mercado[1].

No caso deste estudo, destacamos a presença do campesinato. Oliveira (2001) identifica seis elementos que marcam o campesinato, são eles: *força de trabalho*

1 O tipo de relação com a natureza, para Ploeg, marca uma das principais diferenças entre a agricultura empresarial e a agricultura camponesa: a "agricultura camponesa é fortemente baseada no capital ecológico (especialmente a natureza viva), enquanto a agricultura empresarial afasta-se progressivamente da natureza. Insumos e outros fatores artificiais de + crescimento substituem os recursos naturais, o que significa que a agricultura está sendo industrializada" (Ploeg, 2009, p. 17). Assim, "a agricultura empresarial tem como principal característica a dependência do capital financeiro, favorecendo a economia em larga escala e o rápido, porém parcial aumento da produtividade". (Ploeg, 2009, p. 57).

familiar, isso significa que a força de trabalho da família é fundamental na unidade produtiva; *parceria*, quando ocorre a contratação de um parceiro para auxiliar na divisão dos gastos e ganhos da produção; *trabalho acessório*, camponês se desloca temporariamente para trabalhar como assalariado por um período determinado para satisfazer as necessidades de geração de renda não alcançadas na unidade de produção camponesa; *força de trabalho assalariada,* significa que o camponês contrata outro camponês por um determinado tempo com intuito de ajudar nos períodos em que a família não consegue realizar todo trabalho necessário; *socialização do camponês,* é a dimensão de como os camponeses se relacionam com a sociedade mais ampla, os vizinhos, cooperativas, associações, dentre outras. Uma das características da socialização do camponês está presente na forma como "as crianças são iniciadas como personagens da divisão de trabalho no interior da unidade produtiva do camponês" (Oliveira, 2001, p. 60); *propriedade da terra e dos meios de produção*, a terra é uma propriedade familiar privada, ou seja, propriedade do trabalhador camponês, assim, sua relação com a terra é de trabalho e não exploração do trabalho alheio[2]; *jornada de trabalho,* sua jornada de trabalho varia conforme a época do ano e dos produtos cultivados, ela é baseada nos limites naturais do dia e a família camponesa tem autonomia para organizar o tempo de trabalho.

Notamos, pela pesquisa, que o trabalho realizado fora das unidades de produção no Recanto da Natureza, ocorre nas propriedades maiores do agronegócio, fora da área do acampamento e no comércio local da área urbana de Laranjeiras do Sul. No entanto, os camponeses que produzem as cestas agroecológicas têm como característica o fato de não se utilizarem do trabalho acessório, o que reafirma a importância da pesquisa para compreender essa realidade específica.

Assim, reafirmamos que a agricultura camponesa tem esse aspecto e vínculo cultural e um modo de produção específico que, antes de qualquer possibilidade de lucro, pensa em produzir alimento e qualidade de vida.

Diante disso, são produzidos na agricultura camponesa conhecimentos específicos pelos integrantes do grupo familiar em seus diferentes postos na divisão do trabalho, incluindo as crianças. Pode-se entender que nessa agricultura existe uma relação afetiva dada pelas relações familiares e pelo trabalho coletivo, permitindo a

2 Vale destacar que Oliveira (2001) também reconhece a existência dos *camponeses-parceiros*, dos *camponeses-rendeiros* e dos *camponeses-posseiros*, nos casos em que não há a propriedade privada da terra.

troca de saberes relacionados à forma de cultivo e ao cuidado com a natureza entre as gerações.

Para contribuir nesse debate nos remetemos a Ploeg (2009), que apresenta o conceito de "condição camponesa". Ao tratar do conceito de condição camponesa e ao falar do lugar que os camponeses ocupam na sociedade, esse autor escreve que "[…] a condição camponesa consiste na luta por autonomia e por progresso, como uma forma de construção e reprodução de um meio de vida rural em um contexto adverso caracterizado por relações de dependência, marginalização e privação" (p. 18).

Neste sentido, o autor entende que a agricultura camponesa luta por autonomia e desenvolvimento, contudo, enfrenta no capitalismo uma condição hostil. Isso fica demonstrado nas imagens e nas entrevistas realizadas com os agricultores do Recanto da Natureza quando se manifestam sobre a luta cotidiana pela autonomia e garantia da reprodução da vida de forma autônoma.

> Nós aqui plantamos de tudo, minha defesa é de 100% orgânico. Mas, infelizmente, o maldito da soja tá aí do lado nas propriedades dos grandes produtores. Eu mesmo, tive que fazer um contensão com cana-de-açúcar, pra proteger minhas plantações, porque se contamina não vai passar na regulamentação do orgânico e eles não aceitam daí (Entrevistado 01, 2023).

> A gente tenta né… mais a maior dificuldade nossa aqui é a questão do trabalho braçal, tem que limpa tudo na mão. Isso leva um mês quase. Enquanto no trator, e nesses maquinários dos caras aí, eles levam 1 hora. Só que tem uma, o dele tá contaminado e a nossas plantas aqui não. Aqui é comida de verdade, sem risco pra a saúde (Entrevistado 02, 2023).

> Aqui no dia a dia é puxado, não conseguimos dar conta de manter sempre organizado. Às vezes, os bichos fogem, daí tem que arruma cerca. Tem uma porca pra cria, aí precisa fica de madrugada em volta pra cuidar, se não o leitãozinho morrem ou a porca pisa em cima e esmaga. Daí tem que limpa as lavouras, colher pra arrumá para comercializar, fazer o serviço da casa. É corrido, mais agente gosta. Pega amor nos bichinhos e quando vê a lavoura bonita e a horta cheia é gratificante pra gente. Isso os fazendeiros da soja nem sabem que existe. Acho que nunca plantaram um pé de couve… (risos). Então, nossa maior luta aqui é contínua, mais a maior delas é a luta contra o agronegócio. (Entrevistada 03, 2024).

Foram a necessidade por melhores condições de vida e o anseio pelo retorno à terra dos camponeses que levaram esses sujeitos à organização em movimentos sociais, como o MST, que tem desempenhado um papel crucial na busca por justiça social no campo.

Figuras 01 e 02 - Visão parcial da unidade de produção de um agricultor do Recanto da Natureza.

Fonte: A autora, pesquisa de campo, 2023.

Em um contexto de desigualdade e luta por terra, o MST contribuiu como uma força mobilizadora capaz de unir camponeses em busca de seus direitos e da reforma agrária, auxiliando na melhoria de suas condições de vida e viabilizando a sua sobrevivência no campo.

Neste sentido, a próxima seção deste capítulo trata da trajetória e das conquistas do MST, bem como dos obstáculos enfrentados cotidianamente, considerando que a comunidade estudada emerge da luta concreta pela reforma agrária.

2.1 A QUESTÃO AGRÁRIA E A LUTA DO MST PELA TERRA

Neste item é apresentado o contexto da luta pela terra no Brasil, iniciando com a sua trajetória de lutas e culminando com a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

A concentração fundiária no Brasil foi possibilitada por meio de vários acontecimentos históricos. Dentre eles, destacamos as capitanias hereditárias, a divisão do território em sesmarias e, após um longo período, a Lei de Terras no ano em 1850. Ademais, a divisão em vastas extensões de terras e a não realização da reforma agrária no Brasil permitiram que se concretizasse a dura realidade de concentração de terras para uma pequena parcela da sociedade, enquanto os camponeses lutam pelo direito à terra, o que provoca permanentes conflitos no campo.

A partir do ano de 1534, as capitanias hereditárias foram entregues para administração de pessoas próximas da coroa portuguesa, com o intuito de assegurar o

controle sobre o território recém-conquistado. Assim, "o Brasil foi divido em fatias bem gordas, chamadas capitanias hereditárias, e cada uma delas foi entregue como concessões a nobres portugueses, os donatários, com as condições de que a explorassem e pagassem impostos à Coroa"(Morissawa, 2001, p. 57).

Considerando que os donatários não conseguiram administrar as terras, por serem muito extensas, a coroa as redistribuiu para interessados na exploração produtiva. Essas áreas foram denominadas de sesmarias, ou seja, "enormes extensões de terra" (Morissawa, 2001, p. 69). Estas, eram entregues e distribuídas a amigos e chegados do rei, resultando, novamente, em uma vasta concentração de terra e de poder.

Destaca ainda o autor que "o sesmeiro tinha o direito de **posse**, mas o rei lá em Portugal ficava com o **domínio.** Explicando: a terra não era propriedade do sesmeiro. Se ele não a usasse para produzir num determinado prazo, muitas vezes de dois anos, teria de devolvê-la ao rei" (Morissawa, 2001, p. 69), permanecendo dessa forma essa concentração de terras por mais de 300 anos.

Em relação à legislação, de acordo com Moreira (2013, p. 146), "só em 1850 foi criada a primeira legislação para regular a questão agrária no país. A chamada 'Lei de Terras' permitia a propriedade privada da terra, desde que o interessado pagasse à Coroa". Neste pressuposto, a função dessa lei, propagandeava-se, tinha como possibilidade resolver **a questão e** decentralizar a terra, porém, impossibilitou que a população pobre tivesse o acesso a ela. Neste sentido, ela reafirmou a concentração de terra, preservando a concentração fundiária no Brasil.

Esses mecanismos de bloqueio do acesso à terra permitiram a formação de grandes propriedades rurais, consolidando um padrão de concentração fundiária que persiste até os dias de hoje. A falta de uma reforma agrária eficaz ao longo dos anos contribuiu para a manutenção desse quadro de desigualdades. Vários esforços de promoção de reformas agrárias foram feitos ao longo do tempo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, mas muitas delas enfrentaram resistência política e social, resultando em avanços limitados na redistribuição das terras.

Neste estudo, reafirmamos que o Brasil possui um histórico de estrutura fundiária marcada fortemente pela concentração da terra. Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 65) apresentam essa síntese histórica nos seguintes termos:

> Desde o século XVI com as capitanias hereditárias e as sesmarias, no século XIX, com a Lei de Terras de 1850 e no século XX com a Constituição de 1946, o Estatuto da Terra de 1964 e a Constituição de 1988, diversas formas

> de governo criaram normas de intervenção para tratar dos problemas da concentração fundiária e das formas de uso da terra, sem nunca solucioná-los.

Assim, é notório o uso de estratégias para que a concentração fundiária ficasse legalizada. Por outro lado, quem mais precisava da terra para plantar, comer e sobreviver não a conseguia. Diante disso, várias organizações se organizaram para lutar pelos camponeses, como as ligas camponesas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e o MST.

As ligas camponesas surgiram no Brasil na década de 1950, durante um período marcado pela concentração fundiária, pela exploração dos trabalhadores rurais e pela desigualdade social. Ou seja, as ligas camponesas eram organizações de base, que tinham como objetivo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais, lutando por salários mais dignos e pelos direitos trabalhistas.

Conforme destaca Morissawa (2001, p. 53), as ligas camponesas nascem sob a organização dos movimentos que se encontravam injustiçados e massacrados pelas classes dominantes e "constituíam um movimento independente, nascido no próprio interior das lutas que se travavam pela terra. Mas, principalmente porque defendiam uma reforma agrária para acabar com o monopólio da terra pelas classes dominantes".

Neste sentido, segundo esse mesmo autor, em 1954 surge a primeira liga camponesa em Pernambuco, liderada por Francisco Julião, que se tornou uma das principais referências do movimento. As ligas camponesas tiveram grande expressão no Nordeste do Brasil, principalmente nos estados de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Os trabalhadores e camponeses sem perspectiva e trabalho decidem lutar coletivamente e se organizar na luta por um pedaço de terra para trabalhar e dar uma vida digna à sua família. Nesse ínterim, na década de 1960, destaca-se o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), um movimento religioso que buscava maior participação da população na vida da igreja católica e na luta por justiça social. As CEBs tiveram um papel importante na organização e mobilização dos trabalhadores rurais, especialmente na região Sul do país, onde se concentravam muitos dos militantes do MST.

Morissawa (2001) ressalta ainda que no período de 1960 a 1963 foi criada a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), que teve um

papel importante na organização e mobilização dos trabalhadores rurais. Ressalte-se que, no momento histórico desses movimentos, o país passava pela ditadura militar, por meio de um golpe de estado, ocorrido em 1964, urgido pela classe dominante em conluio com os militares. Havia, assim, interesses de classe para o incentivo e implementação de políticas de incentivo ao agronegócio[3].

De acordo com o Brasil de Fato (2019), o intuito desse golpe marcado pelas políticas públicas militares era a concentração de poder a fim de beneficiar a elite. Porém, ainda em 1964, foi promulgado o Estatuto da Terra, no dia 30 de novembro, cujo o objetivo inicial era regulamentar a estrutura agrária no país, estabelecer diretrizes para a reforma agrária, a aquisição e a distribuição de terras, estabelecer os limites de propriedade e promover a justiça social no acesso à terra, potencializando um pouco mais de igualdade entre pequenos agricultores e grandes proprietários de terra latifundiários. No entanto, as políticas de reforma agrária não foram implementadas.

A Lei n. 4.504/1964, o Estatuto da Terra, apresenta em seu Art.1º a seguinte definição para Reforma Agrária: "Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade".

Ele deixa clara a função social que a propriedade da terra desempenha quando:

> Favorece o bem-estar dos trabalhadores e proprietários que nela labutam, assim como de suas famílias; mantém níveis satisfatórios de produtividade; assegura a conservação dos recursos naturais; observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem (Brasil, 1964).

Assim, a lei deixa evidente que a terra possui uma função social e que para isso é necessário cumpri-la e, caso contrário, o Estado tem a opção de desapropriação. Ademais, a lei também permite que o Estado entregue a terra a outro proprietário que se comprometa a cumprir com a sua função social. Portanto, entende-se que "[...] a finalidade não é acabar com o latifúndio e promover uma alteração na estrutura agrária, mas garantir a produtividade da terra" (Marés, 2003, p. 113).

Mesmo assim, "o estatuto da terra não saiu do papel e a política agrária real do

3 "Trata-se uma tradução da palavra inglesa *agribusiness*. A própria Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) era denominada Associação Brasileira do Agribusiness até os anos 2000. A mudança fez parte de uma estratégia de *marketing* para popularizar a noção de agronegócio" (Raposo, Silva e Egger, 2021, p. 97).

regime militar significou, de fato, a entrega de mais terras aos comerciantes e industriais" (Morissawa, 2001, p. 98).

Zaneratti (2017) também afirma que a função do Estatuto da Terra era viabilizar o acesso à terra para que, de fato, a função social da terra fosse efetivada, mas o que aconteceu foi que ele contribuiu para a concentração de poder nas mãos da elite e, ainda, legalizou o latifúndio.

Em concordância, Miralha (2006) destaca que esta lei foi criada pela elite dominante, para tornar um obstáculo jurídico à reforma agrária e, assim, manter estável a estrutura fundiária. Ainda, o Estatuto da Terra foi fruto da pressão dos trabalhadores que revoltosos lutavam por mudanças sociais e estruturais. Ao prever a reforma agrária, o Estatuto sinalizava contra o latifúndio, porém, não foi o que se confirmou. Além disso, no período militar foram criados programas de crédito e financiamento para os produtores rurais, além de estímulos à exportação de *commodities* agrícolas, beneficiando, assim, grandes empresas, latifundiários e o mercado internacional.

Houve uma intensa repressão política e perseguição dos militares contra aqueles que se opunham ou resistiam às políticas do regime. Dentre eles, movimentos sociais e sindicais, pequenos agricultores, movimentos sociais ligados à reforma agrária e povos indígenas, os quais foram alvo de repressão e violência, muitos deles presos e torturados.

Ainda durante o período da ditadura militar, nas décadas de 1960 e 1970, o processo de modernização da agricultura brasileira, com a introdução de tecnologias que permitiram aumentar a produtividade agrícola, também criou e agravou impactos no campo brasileiro. Como destaca Octaviano (2010, p. 2), "essa revolução foi introduzida no país na época da ditadura militar, nos anos 60 e 70, com as mesmas características do restante do mundo, uma vez que o modelo sustenta a premissa de que a agricultura pode ser industrializada". O intuito era viabilizar o uso massivo de agrotóxicos e fertilizantes químicos, tornando a agricultura cada vez mais dependente da produção industrial e diminuindo diversidade agrícola. O autor citado ainda ressalta que "além de não ter resolvido os problemas nutricional e da fome, a Revolução Verde também é reconhecida por aumentar a concentração fundiária" (p. 2).

Neste sentido, entende-se que a modernização da agropecuária brasileira possibilitou a exploração das áreas rurais em um formato que se assemelha às práticas de colonização do passado. Portanto, "essas práticas envolvem a aquisição de terras por grandes empresas ou investidores, com o objetivo de expansão capitalista no campo

brasileiro e no estrangeiro" (Walter, 2005, p. 7).

Desse modo, essa moderna colonização causou impactos sociais para as comunidades rurais e para o ambiente, incluindo o deslocamento forçado de populações locais, a concentração da terra nas mãos de poucos proprietários, a degradação ambiental, a perda de autonomia das comunidades sobre seus territórios, sendo entendido como um modelo que contribuiu para o avanço do capitalismo no campo. Muitas famílias foram expulsas do campo sendo deslocadas para as cidades, tendo que trabalhar na condição de assalariadas. Outras famílias, por sua vez, também por não possuírem recursos para investir, acabaram se tornando parte do proletariado no campo.

Diante desse contexto, pode-se concluir que esse período ocorreu, intencionalmente, no campo, como um processo tecnológico para a produção de monoculturas e aumento massivo na produção em larga escala, objetivando o lucro. Ou seja, a Revolução Verde foi um projeto destinado para a agricultura capitalista.

Isso contribuiu para aumentar a massa de trabalhadores sem terra, já que eles não tinham recursos financeiros e garantias para investir nas novas tecnologias. A situação levou muitos desses sujeitos a se unirem e a fundarem o MST para lutar por seus direitos e por reforma agrária. A luta pela terra foi e continua sendo uma das principais questões sociais do Brasil. Durante séculos, a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários rurais têm sido um dos fatores de desigualdade e exclusão social no país.

A comunidade estudada nesta pesquisa é parte desse processo, integra o MST, o qual se tornou um dos principais movimentos sociais do Brasil e um dos símbolos da luta pela reforma agrária. O MST é entendido ser um movimento social que surge da luta dos trabalhadores rurais sem terra, que reivindicam o direito à terra e à dignidade humana. Portanto, é referência para a garantia de trabalho e da possibilidade de renda em virtude do acesso à terra pela reforma agrária.

Segundo Caldart (2000, p. 68) "o MST foi criado formalmente em 1984 no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em Cascavel, no Paraná". A autora destaca que "o seu objetivo é organizar a luta por reforma agrária, direito a um pedaço de terra, contribuindo, ainda, para a emancipação humana e a construção de uma sociedade mais justa e sem exploração."

Assim, o surgimento do MST está relacionado a uma série de fatores históricos, como a concentração de terras, a modernização da agricultura, a repressão política e a luta pela reforma agrária. Portanto, os trabalhadores rurais sem terra se organizaram

para lutar por seus direitos e reivindicar a distribuição de terras para a produção de alimentos, de cultura e, portanto, de sobrevivência.

O MST possui presença em diversos estados e atuação em diferentes frentes, como a produção de alimentos convencionais, orgânicos e agroecológicos.

Oliveira (2001), Caldart (2000), Stédille (2005), dentre outros estudiosos do campesinato, apontam que o movimento é conhecido por suas ações diretas de ocupação de terras, em que os trabalhadores rurais sem terra ocupam áreas improdutivas, terras estas que não cumprem a sua função social e pressionam os governos para a realização da reforma agrária.

O MST busca a terra como meio de produção, mas também visa a construção de uma sociedade mais igualitária e justa. No entanto, ao longo dos anos, o movimento enfrentou diversas dificuldades e repressões, incluindo prisões, violência policial e conflitos com fazendeiros. Além disso, o movimento continua a lutar pela reforma agrária popular e pelos direitos dos trabalhadores rurais, consolidando-se como uma das principais forças do movimento social no Brasil.

Uma das ações do MST no Paraná resultou na formação do acampamento Recanto da Natureza, objeto deste trabalho, conforme tratado a seguir. Após entendermos o contexto do MST e a sua luta pela reforma agrária, partimos para um exemplo específico de resistência e organização. Assim, a história e os desafios enfrentados por essa comunidade no Recanto da Natureza refletem os princípios fundamentais do MST.

2.2 A FORMAÇÃO DO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA

O acampamento Recanto da Natureza originou-se da luta coletiva de famílias de origem camponesa em luta por dignidade e por um pedaço de terra. Juntas, elas se organizaram e ocuparam a Fazenda Rio Verde, localizada a aproximadamente 20 km de distância da sede do município de Laranjeira do Sul, Paraná (Figura 03).

O acesso ao acampamento, a partir da cidade de Laranjeiras do Sul, se faz pela BR 158. Após cerca de 12 quilômetros na rodovia é necessário percorrer mais 13 quilômetros em estrada de terra.

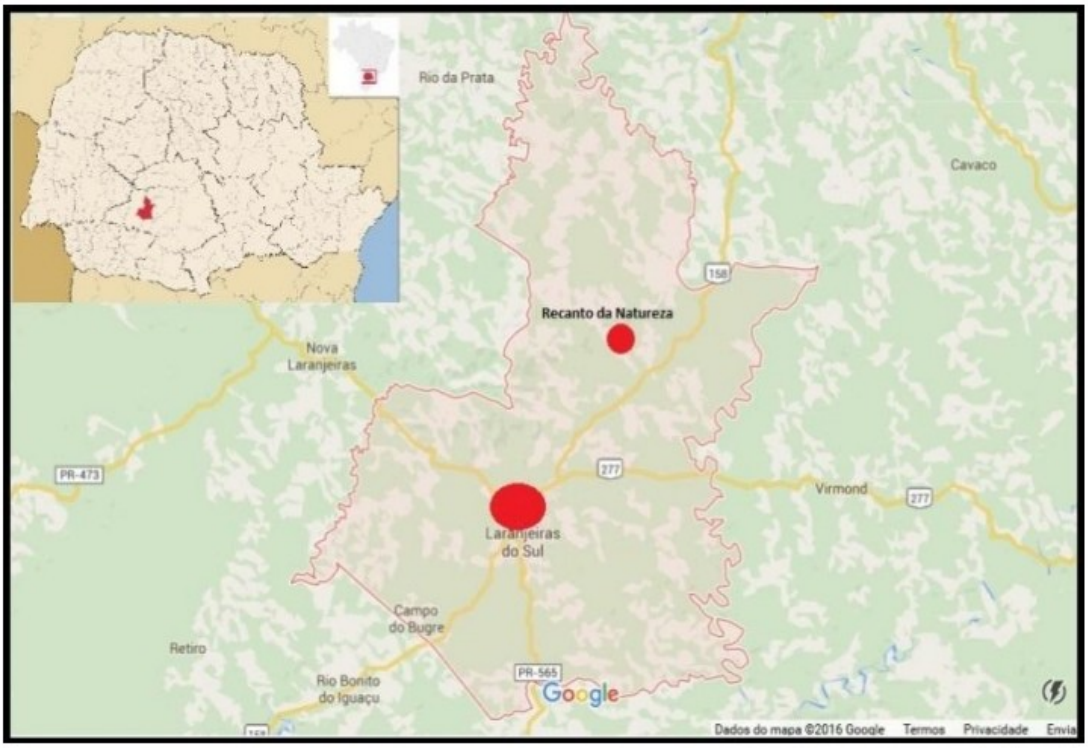
Na década de 1990, as grandes cooperativas, como a Cooperativa dos Produtores de Sementes (Coprossel[4]), estavam se expandindo e ocupando áreas onde os

4 De acordo com o site https://coprossel.com.br/_/3, A Cooperativa COPROSSEL, é uma cooperativa

agricultores camponeses trabalhavam na condição de arrendatários, já que possuíam maquinários e produziam orientados pelo mercado capitalista. Conforme o Entrevistado 02 (2023) relata:

> Eu era peão dessa fazenda, morava aqui e fomos expulsos pelo fazendeiro, porque até aquele período, ele arrendava terra para os colonos. Sabe aqueles trabalho de arrendatários? Tinha uns seis pequenos agricultores, outras pessoas sem terra da Comunidade do Rio Verde que trabalhavam para ganhar porcentagem. Naquele período os fazendeiros que tinham capital compraram máquinas, outros arrendaram as terras.

Figura 03 – Mapa com a localização do Acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul.



Fonte: Wikipédia, 2024; Google maps, 2016.

O Entrevistado destaca ainda que "o fazendeiro começo arrendar para outros caras grande aí. E nós era só peão aqui! Então, o que ele fez foi manda nós sair daqui". Ressalta, ainda, que um dos fatores que ocasionou a expulsão foi o fato de que "ele *[proprietário da fazenda]* já tinha fechado contrato com a cooperativa Cooprossel. Essa tinha a estrutura, tanta financeira como de maquinário".

Os entrevistados citaram que a área ocupada era de um único dono, o qual arrendava a terra para pequenos arrendatários. Esses agricultores trabalhavam na terra

comercial, fundada no dia 11/09/1991, com 20 sócios fundadores, dando início às suas atividades na mesma data. Disponível em: https://coprossel.com.br/. Acesso em: 14 abr. 2024.

com o pagamento de porcentagem, ou seja, parte da sua produção ficava para o proprietário da terra.

Assim, conforme os Entrevistados 01 e 02 (2023) e 03 e 04 (2024), as famílias percebendo a necessidade de terem um pedaço de terra para trabalhar, ter dignidade e uma vida melhor para seus familiares, se organizaram para a formação do acampamento. Surgiram, então, as primeiras reuniões das famílias camponesas com o Sindicato Rural e o MST, e m que a decisão coletiva foi pela ocupação.

O acampamento Recanto da Natureza foi criado no dia 30 de março de 1999 por 27 famílias.

A área não era grande para absorver todas as famílias que a ocuparam, pois possuía aproximadamente 340 hectares e, destes, 72 hectares eram de área preservada.

Segundo Zeneratti, Duarte e Martins (2017, p. 07):

> Esta forma de ocupação tem o objetivo de conquistar a terra, mas não de assentar no local todas as famílias que participaram da luta, as remanescentes partem para outros desafios, nestes termos ficaram no acampamento somente as famílias que poderão ser assentadas no local, portanto, atualmente o acampamento conta com 20 famílias.

O Entrevistado 01 (2023) ressaltou que, após adentrarem na área e realizarem a ocupação, as famílias se auto organizaram, realizavam trabalhos coletivos, como as plantações, as construções, as vigias noturnas e os encontros para formação do MST. Diante da demora para a efetivação do assentamento e a regularização da área pelo INCRA, as famílias se reuniram e coletivamente, em 2006, decidiram efetivar por conta própria a divisão dos lotes para assim, construírem um modelo de produção e comercialização criando estratégias de luta e melhoria na qualidade de vida das famílias acampadas.

Conforme relatado pelo Entrevistado 02 (2023): “Quando nós chegamos aqui, nós plantávamos coletivo, mas não dava mais devido o sofrimento, lona tudo furada e passando fome. Foi aí que medimos por conta própria, decidimos ir pra cima dos lotes”.

Com a nova organização após a distribuição dos lotes, novas regras foram estabelecidas. Neste sentido, as novas normas eram diferentes de quando estavam acampados em grupos no coletivo. Entre essas normas estavam: proibido vender e arrendar a terra; proibido plantar sementes transgênicas, vender madeira nas reservas, caçar, dentre outras.

Ademais, percebeu-se nas entrevistas que a auto-organização entre os moradores era bem efetiva e respeitada, devido às formações e reuniões semanalmente nos encontros dos grupos do MST.

O Entrevistado 02 (2023) ressalta a importância das reuniões da seguinte forma: "Nós se reuníamos e antes de iniciar as nossas reuniões e encontros de formações e discussões para estratégias pro acampamento, fazíamos gritos de ordem! Aquilo entrava na nossa cabeça dê um jeito… Então, aqui, nós não deixa entrar veneno nenhum!"

Em diálogo, também se notou que apesar da esperança pela terra e por uma vida melhor para as famílias, algumas não aguentaram, devido às dificuldades enfrentadas, vindo a desistir do acampamento. No início eram 27 famílias, no entanto, 07 famílias foram embora por falta de adaptação.

Conforme relata o Entrevistado 01 (2023): "Estamos aqui, hoje, em 20 famílias. Os outros vão embora para outros lugares. Maioria não se adéqua às regras e outros porque decerto não gostaram mesmo".

As famílias que permaneceram construíram suas casas (figuras 04 e 05) e seguem na resistência de luta pela terra.

Assim, conforme os dados coletados, as dificuldades também estão relacionadas com a não regulamentação dos lotes, impedindo a formação de um assentamento. Isso resulta na falta de infraestruturas, acesso a créditos para benfeitorias e melhoria das moradias e falta de políticas públicas.

Salienta o Entrevistado 01 (2023): "os caras do INCRA vieram aqui, mais, infelizmente, nunca foi resolvido nada. Agora está meio usucapião, mais não existe muito interesse. Por isso, que aqui ainda é acampamento e não assentamento".

Figuras 04 e 05 – Residências no acampamento Recanto da Natureza.

Fonte: A autora, pesquisa de campo, 2023.

Assim, é notória a falta de interesse político e de politicas públicas diante dessa situação. Como também destaca a Entrevistada 03 (2024):

> No momento a falta de políticas públicas é a nossa maior dificuldade que temos aqui. Por nós não ter o documento da terra, você escreve um projeto e não consegue. Eu mesma, tentei um financiamento via cooperativa de crédito. Mas, infelizmente, não consegui, devido à burocracia e à falta de documento do lote.

Essa situação resulta em insegurança nas famílias acampadas que não conseguem planejar o futuro do acampamento com a certeza da regularização. Mesmo assim, o processo de produção continuou, com modelo específico, pautado na produção orgânica e na Agroecologia, com a comercialização das cestas agroecológicas, objeto central desta pesquisa.

3 MERCADO, CAMPESINATO E AGROECOLOGIA: AS CESTAS AGROECOLÓGICAS NO RECANTO DA NATUREZA

Esta seção teve como objetivo evidenciar os mecanismos de comercialização relacionados com a Agroecologia e como as famílias camponesas se relacionam com os mercados. Em um primeiro momento, apresentaremos alguns aspectos do mercado convencional, com o qual os camponeses estabelecem relações, enfrentando formas de pressão e limitações.

Neste sentido, ao adentrar nos domínios do mercado convencional, modelo hegemônico[5] do capitalismo, percebe-se que ele cria formas de dependência para as famílias camponesas. Como destacam os autores Perez-Cassarino e Ferreira (2016, p. 51) com base em Green e Schaller (1999):

> [...] cada vez mais, as famílias veem sua autonomia comprometida, em função de um maior grau de descapitalização, dependência externa (insumos, tecnologia, mercado) e desvalorização do saber e das práticas historicamente construídos. Agregam-se a essa realidade os recentes rearranjos organizacionais determinados pelas mudanças nos formatos de compra e distribuição das grandes redes de supermercados, centradas cada vez mais em compras agrupadas, reduzindo número de fornecedores, aumentando os volumes demandados por pedido e demandando maior logística de estocagem, conservação e transporte dos produtos.

Diante disto, é notório que essas mudanças recentes nas estruturas organizacionais nas grandes redes de supermercados estão utilizando estratégias para centralizar o poder e o seu sistema de logística, reduzindo o número de empresas fornecedoras. Percebe-se, assim, um bloqueio para o acesso das famílias camponesas nesse modelo convencional de comercialização.

O mercado convencional de produção está relacionado a um modelo predominante, o qual utiliza técnicas convencionais na agricultura. Neste modelo, os agricultores utilizam uma variedade de fertilizantes químicos e de agrotóxicos para aumentar a produtividade e o número de colheitas.

---

5 O conceito de hegemonia integra a tradição marxista e foi sistematizado por Antonio Gramsci em duas direções simultâneas: para explicar as formas específicas da produção e organização do convencimento em sociedades capitalistas e para pensar as condições das lutas de classe subalternas. O conceito apreende a dinâmica das lutas de classe sob a dominação burguesa, explicando a produção da conformidade social por meio da organização e atuação da sociedade civil, voltada para o convencimento, ao lado da persistência das formas coercitivas do Estado burguês. (Pronko e Fontes, 2012, p. 389 – 394.)

Além disso, é comum a adoção de monoculturas, em que uma única cultura é cultivada em grandes extensões de terra, aumentando massivamente o risco de problemas, como a degradação do solo e a perda de biodiversidade. Portanto, o mercado convencional está baseado na dependência de sementes híbridas e transgênicas, fornecidas por grandes empresas de biotecnologia.

Essas sementes são frequentemente patenteadas e podem exigir a compra anual, impactando os custos de produção. Além disso, a mecanização intensiva é comum, com o uso de maquinário agrícola pesado para otimizar os processos de plantio, de manejo e a colheita.

Essa forma de produção está conectada com as características do mercado de escala. Produzir em grande quantidade para atender as necessidades do mercado de escala, comandado por grandes empresas e corporações que dominam a comercialização dos alimentos (mercadorias). Outro aspecto é a produção para exportação voltada para o mercado global.

Essa forma que determina o mercado capitalista globalizado exige a expansão da atividade produtiva, o que, evidentemente, retira a lógica do campesinato de produção. O princípio dominante é o de "sujeitá-los a uma lógica de mercado, afastando-os de sua autonomia produtiva e de suas condições de recriação, que pode culminar, na visão de muitos, no total remodelamento do campesinato, distanciando-o de seu formato original, tal qual conhecemos hoje." (Lima, 2016, p. 81).

Isso demostra que o mercado globalizado é um entrave para os camponeses e um desafio a ser superado ao compreender que para adentrar nesse mercado os camponeses têm que se sujeitar às ordens e regras vigentes. Ou seja, "a ordem, que se sustenta em normas de amplo alcance que determinam parâmetros de inclusão e exclusão ao mercado dos que ofertam produtos" (Paulino, 2008, p. 85).

Além disso, o mercado convencional utiliza estratégias para controlar o fluxo e interferir nos preços dos produtos

> no mercado, alternativa estrita da agricultura empresarial, ou na própria unidade produtiva e, para além dela, na comunidade mais ampla, circuito esse extensivo também aos produtos. Como o mercado é controlado pelos grandes capitais, e isso supõe um ônus à agricultura, dado o aumento dos custos para produzir, são os camponeses que podem escapar de seus tentáculos, recorrendo a estratégias de baixo custo inseridas em critérios de permuta não estritamente comerciais e, ademais, fundadas em intercâmbio singular com a natureza. (Paulino, 2008, p. 85).

Na contramão da economia convencional, o objeto desta pesquisa revela "a resistência desses camponeses ao construir novas utopias e resgatar outras, as quais estão ancoradas na ordem moral camponesa, na lógica da terra de trabalho e vida que marcam grande parte do campesinato, sobretudo, ao se relacionar com o mercado" (Ferreira e Cepolin, 2018, p. 15). Isso mostra que os camponeses e as camponesas acreditam que é possível a construção alternativa de mercados enquanto parte de sua trajetória e resistência.

Neste sentido, a construção alternativa de mercados está alicerçada na organização camponesa, assim como visualizamos nesta pesquisa. Mas, a insubordinação camponesa local está também articulada a um contexto mais amplo, como no caso de vários coletivos: a Rede Ecovida de Agroecologia[6]; a Agroecologia em Rede[7], a Articulação Nacional de Agroecologia; a Associação Brasileira de Agroecologia e a Sociedade Científica Latino-americana de Agroecologia.

Na efetivação dos mercados alternativos, não temos dúvida das contradições e dificuldades quando se considera a correlação de forças desiguais. E, "no entanto a ação autônoma e organizada de camponeses no espaço local e distribuídos pelo mundo permite e possibilita a construção de um mercado camponês através das feiras orgânicas e agroecológicas" (Ferreira e Cepolin, 2018, p. 15) e, também, podemos acrescentar, na organização e na comercialização das cestas agroecológicas.

As feiras orgânicas e agroecológicas tendo os próprios camponeses responsáveis pela produção e comercialização apresentam a sua insubordinação ao mercado tradicional (Ferreira e Cepolin, 2018). Neste contexto, fica explícito que na comunidade pesquisada, no Recanto da Natureza, existem características e ações autônomas diferenciadas como, por exemplo, a organização, o trabalho coletivo, a divulgação e a busca por famílias para adquirirem os produtos ali produzidos.

Conforme identificado nas visitas na comunidade e nas entrevistas com os camponeses, percebe-se que nas cestas, assim como nas feiras, existe a diversidade da produção de alimentos saudáveis, a relação justa com a terra e a natureza.

---

6 A Rede Ecovida se concretiza a partir de uma identidade e reconhecimento histórico entre as iniciativas de ONGs e organizações de agricultores construídas na região Sul do Brasil. Sua formação oficial data de 1998, como resultado da articulação iniciada anos antes por essas entidades. (Disponível em: https://ecovida.org.br/. Acesso em: maio 2024).

7 A "Agroecologia em Rede", com o objetivo de fortalecer a agroecologia e a produção orgânica no estado do Amazonas. (Disponível em: https://www.fundoamazonia.gov.br/pt/projeto/Agroecologia-em-Rede/>. Acesso em: maio 2024).

Assim, Paulino (2008), com base nos estudos de Ploeg (2009) e Shanin (2000), afirma que os camponeses lutam por autonomia a partir da posse da terra, do controle de produção, de sementes, da logística de distribuição e da comercialização. Por isso, a necessidade de o camponês ter acesso à terra e garantir a produção de sua existência.

Dessa forma, as famílias camponesas estabelecem a

> luta permanente por distanciamento do mercado, o que acaba por soldar interações e trocas estratégicas entre os pares e mesmo com a comunidade circundante. Já a dita economia moral do empresariado estaria fundada nas estratégias individuais de inserção no mercado, o que obviamente remete à competição, até porque haveria um consenso entre esses sujeitos de que o mercado é excludente - apenas poucos sobreviverão. (Paulino, 2008, p. 91).

E Paulino (2008) ainda destaca que os mercados agrícolas e alimentares nos países ricos nunca deixaram de ser governados por intervenções e regulamentações políticas favoráveis aos camponeses e, obviamente, não abdicaram de operações estratégicas imprescindíveis ao fortalecimento dos grupos de agronegócio, os ditos impérios alimentares. Assim, para Ploeg (2009), o mercado é o flagelo do campesinato, supondo uma relação inversamente proporcional entre dependência a recursos externos e recampenização e luta por autonomia.

As famílias camponesas buscam estratégias e práticas alternativas para sobrepor e resistir a esse modelo do mercado convencional. Conforme enfatiza Perez-Cassarino (2016, p. 52), “uma das alternativas em construção nos últimos anos no âmbito dos movimentos sociais do campo e da academia tem sido a proposta da agroecologia”, a qual surge de uma construção coletiva, como possibilidade de resistência, valorizando os conhecimentos e costumes tradicionais da agricultura. Ele destaca também que a Agroecologia surge amparada em um viés ambientalista, possibilitando grandes debates internacionais com perceptivas de sustentabilidade. Nesta perspectiva, Altiere (1989) e Gliessman (2000) ressaltam que a Agroecologia está alicerçada sobre os conhecimentos e comunidades tradicionais indígenas e camponesas.

A Agroecologia traz como possibilidade a superação da produção capitalista, tendo em vista que possui uma postura crítica em relação a esse modelo de produção, pela forma com a qual prejudica o ambiente e a saúde humana,–entendendo que sua forma de organização é injusta do ponto de vista social e econômico.

Portanto, a Agroecologia possibilita uma visão integrada que abrange a complexidade dos ecossistemas agrícolas, ao considerar não apenas a produção de

alimentos, mas também os impactos sociais e ambientais associados. A agroecologia propõe um novo paradigma para a agricultura, contribuindo para a soberania alimentar.

Assim, a Agroecologia transcende a simples produção de alimentos, estendendo uma visão integrada que considera aspectos sociais, econômicos e ambientais. Seus princípios, que incluem a diversificação de culturas, a rotação de culturas e o respeito aos recursos naturais, oferecem não apenas uma alternativa, mas um paradigma transformador para o sistema agroalimentar.

3.1 O PROCESSO DE PRODUÇÃO E DE COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS NO ACAMPAMENTO RECANTO DA NATUREZA

O processo de comercialização por meio das cestas agroecológicas no Acampamento Recanto da Natureza envolve várias etapas e aspectos importantes relacionados à produção agroecológica, o que consideramos como alternativas para o campesinato na sua relação com o mercado.

Ao buscar compreender o objeto de pesquisa, descobrimos a relação com a histórica e a materialidade do acampamento. Destaque-se uma das principais estratégias para fortalecer a organização camponesa, a criação de uma associação Terra Livre, a qual viabilizou o acesso aos programas institucionais, garantindo mercado para os produtos comercializados, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar[8] (PNAE) do governo federal.

Assim, os recursos destinados para os municípios, entre eles o de Laranjeiras do Sul, permitem a compra de alimentos para a alimentação escolar das escolas públicas.

Conforme observado, esses projetos governamentais não têm sido constantes. Quando esses projetos eram realizados, os camponeses aproveitavam o caminhão

8 O PNAE consiste no repasse de recursos financeiros federais para o atendimento de estudantes matriculados em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes municipal, distrital, estadual e federal. Conforme a Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009, dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e está regulamentada atualmente pela Resolução CD/FNDE n. 06, de 8 de maio de 2020, e suas alterações. Disponível em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae. Acesso em: 20 jun. 2024.

destinado ao transporte dos produtos para alimentação escolar para realizar as entregas das cestas, evitando, assim, gastos com transporte e realizando a venda dos seus produtos para obter renda.

A luta pelo acesso à terra possibilitou às famílias do acampamento Recanto da Natureza utilizar estratégias de sobrevivência, com ações coletivas para resistir na luta por melhorias na renda e, dessa forma, melhorar a qualidade de vida. Umas dessas estratégias vem ao encontro do objeto de pesquisa: a comercialização das cestas agroecológicas.

Outra questão observada é o papel das cestas agroecológicas na promoção da alimentação saudável e na conscientização dos consumidores sobre a necessidade de uma produção sustentável em consonância com a natureza.

Dessa forma, eles contribuem para a promoção da saúde e vida de qualidade da população incentivando práticas ambientalmente responsáveis.

A trajetória do acampamento Recanto da Natureza, em Laranjeiras do Sul, está diretamente vinculada aos princípios do MST. O Acampamento passou a fazer parte do MST, movimento nacional. Dessa forma, o acampamento ganha maior visibilidade e força política para pressionar por mudanças significativas na distribuição de terras e recursos.

3.1.1 ANTECEDENTES E MOTIVAÇÃO PARA A COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS

Em um primeiro momento, após a formação da associação Terra Livre em 2020, foi deliberado pela participação efetiva na feira municipal que ocorria duas vezes por semana na praça municipal de Laranjeiras do Sul. Assim, como estratégia de produção, comercialização e geração de renda, foi realizada a participação nas feiras livres na cidade de Laranjeiras do Sul.

Na ocasião, os camponeses transportavam seus produtos com o caminhão particular até o local da feira. Os consumidores se deslocavam até o ponto de venda para realizar a compra dos produtos. Os relatos apontam que as dificuldades eram grandes, pois o custo do deslocamento era alto e a renda da comercialização dos produtos orgânicos e agroecológicos, muitas vezes, não cobria os gastos.

Conforme enfatizam os entrevistados: “Devido não ter carro próprio e ter que pagar frete para participarmos das feiras agroecológicas, acabávamos, às vezes, nem

tirando o custo do frete" (Entrevistado 01, 2023). A Entrevistada 04 (2024) também enfatiza que, quando iniciaram a comercialização, o grupo de famílias era maior, mas que, com as dificuldades enfrentadas, muitas acabaram desistindo. E afirmou:

> Iniciamos com um grupo grande de 17 famílias na comercialização nas feiras. Mas as dificuldades eram enormes naquele período, nós contratávamos carro, mas o dinheiro muitas vezes não era suficiente pra pagar o transporte que girava em torno de 150 reais por dia de feira. Porém, esse número de famílias diminuiu muito, no primeiro e no segundo mês da feira. Acabamos ficando em torno de 4 famílias.

Entretanto, com o passar do tempo, as famílias que haviam desistido retornaram com a comercialização dos produtos na feira, salientando essa mesma entrevistada que "com o tempo, em aproximadamente 3 anos, as famílias foram voltando e, hoje, estamos em 7 famílias. Mas hoje não temos mais feiras somente venda de produtos nas cestas".

Para compreendermos como ocorreu o processo de comercialização das cestas, precisamos, primeiramente, responder como e por que surgiu a confecção das cestas Agroecológicas.

O trabalho de campo permitiu perceber que a ideia da montar e comercializar as cestas agroecológicas no Acampamento Recanto da Natureza surgiu coletivamente, a partir da elaboração de estratégias, na tentativa de buscar estabelecer relações diretas entre as famílias camponesas e os consumidores, no ano de 2020.

A chegada da pandemia de Covid-19, no início de 2020, impediu a realização das feiras agroecológicas. Elas foram, momentaneamente, suspensas devido às regras de isolamento social para diminuir a circulação do vírus da Covid-19.

Assim, diante desse contexto os camponeses buscaram alternativas para a venda de seus produtos. A opção foi pela comercialização e entrega direta das cestas agroecológicas nas casas dos clientes.

Como afirma o Entrevistado 01 (2023): "com a chegada da pandemia, a cesta foi a alternativa correta. Em decisão coletiva, optamos por realizar as cestas".

O processo de mudança de feira para a comercialização das cestas é enfatizado pelos camponeses entrevistados: "o nosso grupo fazia a comercialização das cestas agroecológicas na praça municipal, mas, com a chegada da Covid-19, a clientela diminuiu. Aí que surgiu a ideia de manter as cestas e entregar nas casas dos clientes." (Entrevistada 03, 2024).

Os entrevistados 02 (2023) e 04 (2024) relatam que tiveram que criar estratégias diante das medidas de prevenção da Covid-19: “até chegar a pandemia, nós participávamos 2 vezes por semana com as feiras, porém com o a proibição das vendas locais, começamos entregar em domicílio com todas as regras de distanciamento”. (Entrevistado 02, 2023).

A Entrevistada 04 (2024) acrescenta:

> Com a proibição das vendas nas feiras livres, optamos com o grupo e com os clientes, a venda direta das cestas com entrega nas casas. Assim, nós fazíamos a higienização dos produtos antes da entrega. Nós achávamos que o período pandêmico acabaria em 3 meses, porém isso não aconteceu. Então tivemos que optar em longo prazo e, até hoje, seguimos com a entrega direta das cestas agroecológicas.

O trecho acima mostra a dinâmica e a resistência camponesa em manter firme o propósito da produção agroecológica, o que mudou no período da pandemia foi a forma: em vez de comercialização na praça, a partir desse período, a comercialização passou a ser a venda direta na casa dos clientes por meio de cestas.

Para o Entrevistado 05 (2024), “com a chegada da pandemia tivemos que cessar e criar estratégias. Então, devido à necessidade surgiu a ideia de realizar as entregas em domicílio, pois naquele momento a parte financeira já havia sido muito afetada.”

Tendo em vista que a pandemia ocasionou um impacto financeiro nas famílias, a estratégia da comercialização das cestas teve como objetivo garantir e promover o fortalecimento na renda.

As cestas foram organizadas pelas famílias que cultivam e fazem parte do grupo da organização das cestas, chamado “grupo da organização”, e pelo responsável pela comunicação, para fazer a mediação entre as famílias camponesas e os clientes.

3.1.2 A PREPARAÇÃO E A COMERCIALIZAÇÃO DAS CESTAS AGROECOLÓGICAS

A pesquisa demonstrou que o método de venda ocorre da seguinte forma: nos primeiros dias da semana, as famílias informam ao organizador, via *WhatsApp*, sobre a disponibilidade de produtos para entrega. O responsável pela comunicação encaminha a lista dos produtos disponíveis para os clientes também via *WhatsApp*. Os clientes realizam o pedido até a quinta-feira da mesma semana e, depois, com base nos pedidos, o responsável avisa as famílias camponesas sobre a quantidade de cada produto encomendada para a produção das cestas.

As famílias colhem seus produtos frescos de hortaliças na quinta à tarde e embalam produtos perecíveis na sexta de manhã. O motorista, com caminhão, passa recolhendo os produtos e leva tudo para a associação. A partir dessa etapa, os pedidos são organizados, separados e embalados nas sacolas, pelas famílias responsáveis pelos produtos. Após isso, é realizada a entrega domiciliar de cada cesta nas casas dos clientes (Figuras 06 e 07).

Figuras 06 e 07 – Cestas agroecológicas entregues para os clientes.

Fonte: A autora, pesquisa de campo, 2023.

Os relatos e as imagens reafirmam o trabalho coletivo para a cesta ser confeccionada e a logística do acampamento até chegar ao cliente de forma organizada e planejada. Portanto, podemos afirmar que a confecção das cestas ocorreu em virtude de uma questão sanitária específica, que foi a pandemia de Covid-19. Entretanto, salientamos que essa estratégia foi muito importante para os camponeses, pois permitiu e garantiu a continuidade da comercialização dos produtos, agora por meio de cestas agroecológicas e entrega direta ao consumidor final.

Considerando que compreendemos a motivação e o contexto de entrega das cestas, analisamos, a seguir, se a renda obtida pela comercialização das cestas é satisfatória e atende aos interesses das famílias. Percebeu-se que a renda obtida na comercialização das cestas possibilitou a melhoria de vida, porém, como complemento, deve-se considerar que a renda obtida varia muito dependendo do mês, conforme relato dos entrevistados.

Ao ser questionado se a renda obtida por meio da comercialização da cesta é satisfatória, o Entrevistado 01 (2023) afirma: “pra mim é satisfatória. Quase metade da minha renda. No leite mesmo eu tiro 2.000 mil por mês. Aí complemento com o mel que dá bastante também. Mas, tem os períodos né. Porque as plantações nascem no período certo. Comparando com o ano passado eu fazia quase 700 reais por mês”.

Esses relatos mostram a efetividade da renda das cestas para as famílias. No entanto, não é para todas.

O Entrevistado 02 (2023) enfoca que: “a minha não chega nem em 15% [do total da renda da família]. Não aumentou, na verdade baixou, alguns consumidores pararam porque foram embora”. E, ainda: “nós não fizemos muita divulgação também, mas não conseguimos aumentar a quantidade de consumidor”. Portanto para esses camponeses a renda obtida por meio da cesta é complementar. Para a Entrevistada 03 (2023): “dá pra dizer que não é satisfatório devido o valor, mas no contexto de ser produtos agroecológicos é muito”. Já, para os entrevistados 04 e 05 (2024), a renda é satisfatória, porém ocorre uma variação conforme os meses de produção.

> A renda varia de mês para mês. Depende muito da entrega e dos produtos que temos no momento da procura. Mas varia em torno de?? R$ 200,00 a R$ 1200,00 reais por mês. Todas as famílias têm esta variação. Mas ela gira em torno de 200 reais até 1200 reais por agricultor camponês, nem mais e nem menos. Mas é satisfatória sim, devido ter aquela renda garantida.

Portanto, diante da garantia da entrega nas casas, foi possível aumentar a renda familiar. O Entrevistado 05 (2024) afirma que “com a facilidade da aquisição dos produtos fornecidos pelas entregas em domicílio, houve um aumento da renda obtida, pois minimiza a perca e aumenta em até 40% da renda das famílias”.

Dessa maneira, essa variação na renda dos camponeses viabiliza as atividades justamente porque os camponeses possuem autonomia em relação ao mercado convencional. Neste sentido, também produzem parte do seu alimento. Vale ressaltar que esta condição é típica do campesinato, pois permite absorver perdas nos momentos de baixa nas vendas e a manutenção da atividade mesmo que a renda oscile ao longo do ano.

Com base no exposto, a partir do trabalho de campo e das entrevistas, concluímos que as cestas contribuem significativamente na vida das famílias, porém ainda não garante a renda total necessária para a produção da vida com qualidade.

Uma das dimensões essenciais destacadas pelos camponeses entrevistados é o custo para produzir produtos agroecológicos, para colocar nas cestas e comercializá-las. Para o Entrevistado 01 (2023), “não tem um custo específico [de produção]. O que tem é da logística. O preço que fazemos é o preço de mercado. Temos uma tabela de preço que seguimos”.

Ao compararmos os preços cobrados pelos produtos na cesta com o preço do mesmo produto no mercado convencional, no caso em dois supermercados (aqui definidos como M1 e M2), identificamos que, em geral, os produtos agroecológicos são, em média, mais baratos (Quadro 01).

Quadro 01 – Preços dos produtos na cesta agroecológica e nos supermercados.

Item	**CESTA AGROECOLÓGICA**	**SUPERMERCADO 1 (S 1)**			**SUPERMERCADO 2 (S 2)**	
Queijo peça	R$ 40,00	1 Kg	R$ 35,00	1 kg	R$ 30,00	1 Kg
Pão caseiro	R$ 10,00	1 kg	R$ 13,98	1 kg	R$ 15,78	1 kg
batata-doce (abóbora)	R$ 5,00	1 Kg	R$ 2,89	1 Kg	R$ 2,96	1 Kg
Doce de leite pote	R$ 20,00	1 kg	R$ 35,96	1 kg	R$ 47,96	1 kg
Leite	R$ 3,00	1 L	R$ 4,49	1 L	R$ 4,56	1 L
Cuca cilindrada	R$ 12,00	1 kg	R$ 25,98	1 kg	R$ 24,00	1 kg
Limão	R$ 2,00	1 Kg	R$ 1,98	1 kg	R$ 2,89	1 Kg
Gengibre	R$ 20,00	1 kg	R$ 14,99	1 Kg	R$ 13,99	1 Kg
Banana	R$ 4,00	1 Kg	R$ 2,99	1 Kg	R$ 1,95	1 Kg
Mandioca	R$ 5,00	1 Kg	R$ 5,99	1 Kg	R$ 19,00	1 Kg
Abobrinha	R$ 4,00	1 Kg	R$ 2,69	1 Kg	R$ 3, 89	1 Kg
Batata doce (roxa)	R$ 5,00	1 Kg	R$ 3,99	1 Kg	R$ 3,79	1 Kg
Couve flor	R$ 3,00	Maço	R$ 3,99	Maço	R$ 2,83	Maço
Açafrão	R$ 16,00	1 kg	R$ 15,99	1 kg	R$ 21,99	1 Kg
Feijão	R$ 8,00	1 Kg	R$ 6,68	1 Kg	R$ 6,59	1 Kg
Amendoim	R$ 16,00	1 kg	R$ 6,98	1 kg	R$ 7,16	1 kg
Alface	R$ 3,00	Maço	R$ 1,00	Maço	R$ 1,29	Maço
Repolho	R$ 3,00	1 kg	R$ 1,39	1 kg	R$ 1,37	1 Kg

Fonte: A autora, 2024. Utilizaram-se como padrão: quilograma, litro e maço.

Isso, considerando-se o fato de as famílias camponesas bancarem com o custo de toda a produção e a logística para comercialização.

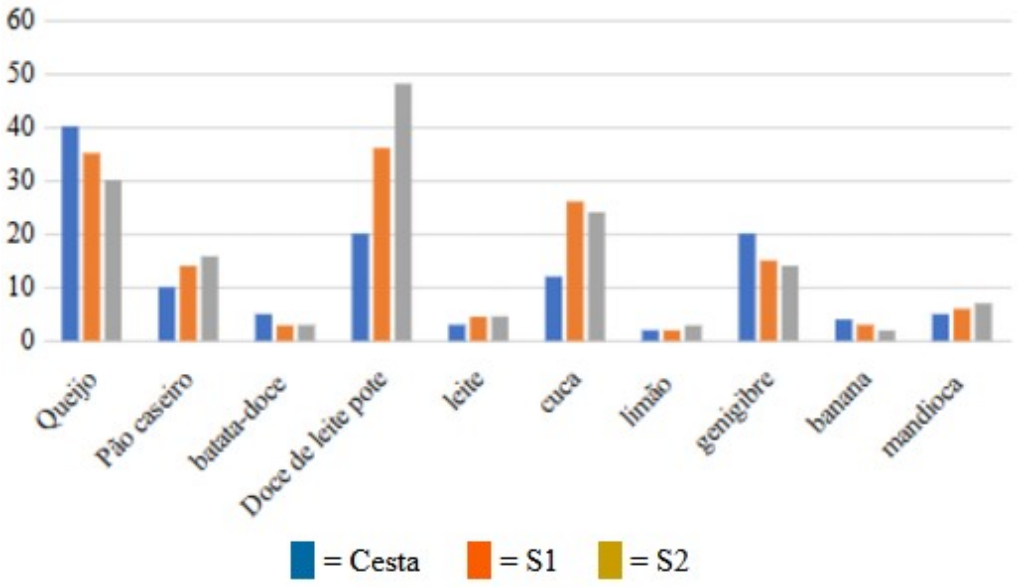
O Entrevistado 02 (2023) destaca que a associação fornece um aparato para os agricultores camponeses, estabelecendo, de certa forma, assistência na organização e, assim, facilitando na ajuda das despesas e nos custos para a produção.

Conforme destacado pelo Entrevistado citado:

> Nós, aqui, desde o início, lutemos por uma estrutura coletiva de comercialização, então não precisa o agricultor compra um carro, por exemplo, pra entregar o produto. A associação disponibiliza as caixas, o transporte e pega na casa os produtos. O agricultor paga uma taxa de porcentagem que é pra manter isso tudo aqui que é nosso também, que no caso é da associação.

No gráfico 01 percebemos que 40 % dos produtos orgânicos são mais baratos e os demais oscilam. Isso se deve à oferta sazonal e disputa de mercado. O resultado exposto no gráfico é reafirmado pela Entrevistada 04 (2024), a qual ressalta que para manter a associação é necessário cobrar uma taxa percentual fixa mensal das famílias que participam da confecção das cestas.

Gráfico 01 – Preços dos produtos na cesta agroecológica e nos supermercados.



Fonte: A autora, 2024. Obs.: Utilizaram-se apenas 10 produtos para o comparativo. Escolha aleatória.

Assim, segundo ela, “cada agricultor tem seu custo de produção, porém tem o custo de logística, ou seja, o custo de manutenção deste processo.

Nesse contexto, tem o desconto de 10 % para manter esse custo do transporte, das sacolas e demais custos. As pessoas que contribuem são voluntárias”.

A Entrevistada 03 (2024) exemplifica os custos e ganhos da produção nos seguintes termos:

> O custo varia muito do que é produzido, por exemplo, uma bandeja de alface custa R$ 20,00 reais com 200 mudas. O pé é vendido a R$ 3,00 reais. Tem o adubo orgânico que custa em média 40 reais e mais a mão de obra 100 reais por dia, então o lucro é mais ou menos uns 400 reais por bandeja de verduras.

Isso nos remete a pensar que, somente com recursos próprios, as famílias camponesas têm dificuldades para produzir produtos agroecológicos. E evidencia, ainda, a falta de políticas públicas capazes de sanar as dificuldades para a produção, para o transporte e para a comercialização.

Outro elemento fundamental das cestas é a escolha dos produtos, pelos camponeses, que leva em consideração o tempo, a produção, o preço, dentre outros fatores. O Entrevistado 01 (2023) apresenta a diversidade de produção da seguinte forma:

> Eu entrego todos os tipos. As hortaliças: alface, repolho, cheiro verde, dentre outros, tudo o que eu tiver plantado na horta eu vendo. Mandioca, batata-doce, Chuchu, Milho, Feijão, Pipoca…frutas de todas as qualidades: Limão, Laranja, Poncã, Bergamota, Lima, Tangerina, Mamão, Melão etc… entrego o leite fresquinho. Colho o mel pra vendê. Têm também as ervas medicinais, Capim Cidreira, Boldo, Manjericão, açafrão, gengibre, dentre outros. Daí tem a panificação, este daí é o grupo das mulheres.

Conforme visita de campo e em diálogo com os entrevistados foi possível identificar a variedade de produtos cultivados e colhidos em suas unidades de produção (Figuras 08 e 09).

Neste sentido, a pesquisa de campo possibilitou a apreensão da realidade, com identificação da variedade dos produtos cultivados nas unidades das famílias, além de permitir visualizar o cuidado no aproveitamento da terra no cultivo de milho, feijão e mandioca de forma consorciada, conforme destacado nas figuras 10 e 11.

Figuras 08 e 09 – Áreas de produção agrícola.

Fonte: A autora, pesquisa de campo, 2023.

Nas propriedades das famílias, as mulheres também produzem na associação os produtos de panificação, como pão, bolacha, cuca, dentre outros.

Esses produtos também são acrescentados na cesta, conforme pedidos dos clientes.

Figuras 10 e 11 – variedades de produção agrícola

Fonte: A autora, pesquisa de campo, 2023.

Outro elemento que apareceu na pesquisa foi o aproveitamento do excedente dos produtos destinados para o autoconsumo para a comercialização nas cestas. Conforme destacado pela Entrevistada 03 (2024), “os produtos são variados, conforme a demanda produzida pelas famílias. No meu caso, entrego alface, rúcula, repolho, couve, salsinha, cebolinha, batata-doce, limão, brócolis. Mas, quando tenho sobrando algum outro produto, aí eu faço a oferta para o responsável pela organização das cestas”

Assim, conforme a Entrevistada acima, fica evidente que a produção no acampamento Recanto da Natureza não é somente para a comercialização, mas também para o sustento das famílias. Outro fator favorável, destaca o Entrevistado 05 (2024), foi em relação à possibilidade de acrescentar variedades de produtos com a entrega direta das cestas. Para ele, "nesta nova versão referente a comercialização das cestas a domicílio foi possível aumentar a variedade dos produtos, pois era possível adicionar produtos antes difíceis de comercializar, por sua demanda e sensibilidade. Por exemplo, requeijão (sensível) ervas medicinais (demanda). Neste sentido, nos permitiu vender o que fosse possível".

A pesquisa possibilitou compreender como são estabelecidos os produtos que compõem as cestas, ficando explícito que a escolha dos produtos depende do interesse das famílias camponesas, tendo como possibilidade a opção da comercialização rotineira dos seus produtos, como também o excedente do que produz para consumo próprio.

Neste caso, além das famílias comercializarem aquilo já planejado e disponível em sua plantação, agregam produtos que seriam destinados apenas ao autoconsumo. Se o cliente tiver interesse, mesmo que o camponês não tenha incluído aquele produto na lista da semana, ele pode optar por acrescentá-lo. É o aproveitamento do produto que iria ser desperdiçado. Essa estratégia garante aproveitamento dos produtos para a geração no acréscimo de sua renda com a comercialização da cesta.

O número de famílias que trabalhavam com a produção das cestas com certificação orgânica para comercialização, conforme o Entrevistado 01 (2023), no início era de 12 famílias, mas esse número diminuiu devido às condições de trabalho braçal, à forma de manejo com a terra, à proibição de determinados insumos agrícolas e, assim, atualmente, são 09 famílias trabalhando com base na Agroecologia. No entanto, existem outras famílias que participam da comercialização com produção orgânica, mas sem certificação.

Ao abordarmos quais são as principais dificuldades na produção agroecológica, todos os entrevistados relatam que a falta da documentação da terra e, por consequência, a falta de políticas pública, impossibilita e inviabiliza a construção de um projeto para o acampamento.

Destacamos a dificuldade na divulgação da promoção das cestas com os clientes quanto à infraestrutura (construções de novos barrações, manutenção dos carros e compra de carros novos, ferramentas e equipamentos tanto para a associação como para

o uso nas propriedades das famílias camponesas, maquinários de grande porte e fornos), à falta de assistência e de formação para os camponeses para avançar na cooperação e no trabalho com as cestas.

Conforme os entrevistados, a "principal dificuldade aqui é a falta de política pública. Apesar da organização e da infraestrutura o povo acredita que aqui é assentamento, mais não é. Não temos documento da terra" (Entrevistado 01, 2023).

De acordo com o Entrevistado 02 (2023):

> Não existe política pública aqui no acampamento. Tudo aqui é no braço e no coletivo. Acredito que, aqui, uma das maiores dificuldades que nós, se tivéssemos incentivo aqui de política e investimento, isso tudo aqui seria muito mais grande do que é. Mas daí veja bem… tudo tem que ser na mão, meio por conta das famílias. Daí não tem nem como querer igualar né… é no muque e na luta!

A Entrevistada 04 (2024) também destaca as dificuldades de acesso ao crédito diante da situação de acampamento:

> Por não ter documento da terra você escreve um projeto não consegue, você tenta acessar um financiamento não consegue, não tem financiamento específico para a Agroecologia e quando tem é uma burocracia enorme. Eu mesma, pautei um financiamento via cooperativa de crédito pra Agroecologia e não foi possível. A burocracia é enorme, a burocracia estatal é coisa fora do normal, ela trava demais.

Neste contexto, fica evidente que a luta é contínua, a falta de política pública acaba sendo a maior dificuldade, e, assim, fica demonstrada a resistência enfrentada no dia a dia pelas famílias. Para o Entrevistado 03 (2024): "é preciso ter algum recurso dos governantes, por exemplo, algum projeto para a compra de cama de aviário, calcário, entre outros." Assim, fica explícito que a falta da reforma agrária afeta diretamente as famílias no acampamento, tanto no aspecto produtivo, como na vida social, impactando na qualidade de vida e na permanência na terra.

Somado a isso, o avanço do agronegócio nas propriedades vizinhas ao acampamento tem impactado muito, tanto no avanço da Agroecologia em geral, como para a produção dos camponeses. Internamente, no acampamento, segundo os entrevistados, é proibido o arrendamento da terra e isso facilita a luta contra o agronegócio, já que não há plantio de transgênicos.

Outro elemento que apareceu nas entrevistas é a dificuldade com o controle de pragas nas propriedades. De acordo com o Entrevistado 05 (2024), “nesses anos de experiências a principal barreira acaba sendo o controle de pragas”

Ao considerar as questões e problemas já relatados e debatidos neste trabalho, temos a impressão da falta de expectativas. No entanto, as famílias possuem esperança e expectativas na produção agroecológica e na continuidade da produção das cestas, garantindo renda para as famílias do acampamento e a permanência na terra. Porém, ainda é preciso que exista incentivo, como regularização dos lotes, investimento por meio de políticas públicas, reconhecimento dos produtos, certificação orgânica e preço justo na comercialização.

Isso posto, fica evidenciado por meio desta pesquisa e na relação com os fundamentos teóricos da produção Agroecológica e da Agroecologia, que existe sim uma expectativa em relação ao futuro.

Destaca-se a produção diversificada (mel, feijão, devidos do leite, derivados da cana, derivados do milho, olericulturas, frutas, ervas medicinais, dentre outras). Destaca-se a forma de produzir em uma relação de igual para igual com a natureza, sem uso de agrotóxicos, com a produção e a comercialização de forma coletiva.

Assim, esses elementos potencializam a resistência camponesa em permanecer na comunidade. Isso fica evidente nas entrevistas sobre a perspectiva de futuro dos camponeses em relação às cestas.

O Entrevistado 01(2023) afirma: “minha expectativa é plantar e vender com 20% do valor agregado no meu produto orgânico comparado com o convencional”.

Já para o Entrevistado 02 (2023), a expectativa é a de que “todos possam ter acesso a nossos produtos, pois produzimos orgânicos, mais infelizmente quem tem acesso aos produtos são as famílias de poder aquisitivo mais elevado, os pobres infelizmente não conseguem consumir”.

Destaca-se, assim, que o acesso às cestas é limitado, tendo em vista que o preço, muitas vezes, embora não seja elevado, não permite a compra pelas famílias de menor poder aquisitivo. O Entrevistado 01(2023) manifesta esse aspecto em relação ao consumo de mel:

> O orgânico tem isso, ele é bom mais delimita muito o público, por exemplo, o mel é um produto excelente, mais é caro! Qual família será que vai ter pra pagar 40 reais em 1 kg de mel, por mais que seja um produto essencial pra saúde, mais o financeiro das famílias carentes delimita muito.

Neste mesmo sentido, a Entrevistada 04 (2024) destaca que, apesar do consumo das cestas ser importante para a qualidade de vida, ele não só é limitado pelo preço, mas ainda existe a falta de conscientização das famílias. Para ela,

> O principal fator é a conscientização das pessoas sobre a importância do consumo dos produtos Agroecológicos. Porém, aqui na região as famílias, são mais de origem da classe trabalhadora. A burguesia aqui é mais reduzida. Então estas famílias que tem uma renda mais alta, não tem consciência. Então os pobres vão pelo preço e a burguesia pela falta de conscientização. Isso a gente do acampamento já avaliou e entendeu que é assim.

E, para os Entrevistados 03 e 05 (2024), as perspectivas são animadoras futuramente, devido à renda que adquirem com as cestas.

Conforme destaca a Entrevistada 03 (2024), “as expectativas são grandes, mas vai depender muito das demandas de produção”.

Apesar de a comercialização se manter estável, a expectativa de renda anima muito as famílias, podendo avançar com o passar do tempo.

Neste capítulo percebemos que apesar das dificuldades enfrentadas pelos camponeses no acampamento Recanto da Natureza, as expectativas são promissoras em relação ao futuro. Porém é notório que todas as conquistas foram e serão por meio de lutas permanentes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ficou evidente nesta pesquisa que as famílias camponesas, através da luta e da resistência, permanecem criando estratégias de permanências no acampamento. Porém, a falta de políticas públicas é destacada como um entrave. Elencamos as principais: reforma agrária – a necessidade do título para obtenção definitiva da terra, subsídio para a produção agroecológica, transporte para garantia da distribuição e logística para a comercialização dos produtos orgânicos e falta de incentivos por parte dos governos para a comercialização das cestas agroecológicas, comprometendo a perspectiva de futuro do acampamento Recanto da Natureza. Salientamos que a política pública não é a essência do acampamento, mas um complemento que auxilia e possibilita ampliar as expectativas dos camponeses.

Este trabalho possibilitou compreender a resistência do campesinato, o seu pertencimento, a identidade e a luta para manter sua autonomia, fundamentais para resistência no campo. Resistência com autonomia, mesmo que essa autonomia seja relativa em relação ao modelo hegemônico do capitalismo materializado no campo por meio do agronegócio. Isso deixa evidente a importância do camponês para a humanidade.

Conclui-se, assim, que a inexistência de políticas públicas, em especial da reforma agrária, dificulta o desenvolvimento da Agroecologia. As politicas públicas poderiam contribuir para a realização da comercialização das cestas Agroecológicas, entre muitos outros aspectos. Desta forma, as famílias se beneficiariam com projetos e estariam seguras para a efetivação concreta no complemento de sua renda por meio da venda dos seus produtos, seja via cesta agroecológica ou outros canais de comercialização.

A pesquisa permitiu compreender as estratégias e os caminhos para a comercialização dos produtos agroecológicos produzidos no acampamento Recanto da Natureza, Laranjeiras do Sul – Paraná. Permitiu compreender a realidade do campesinato e do mercado, apresentando a produção de cestas agroecológicas no

acampamento e sua comercialização, como forma potente de luta, resistência da vida e qualidade de vida no campo.

Portanto, em que pese as contradições existentes, as famílias camponesas mantêm relações com o mercado. Entretanto, são notórias as diferenças entre as relações com o mercado via produção convencional e via cestas agroecológicas.

Destacamos o fundamental papel das cestas para ampliar a autonomia camponesa em todos os aspectos, da produção até a comercialização dos alimentos.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia:** a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004.

ALENTEJANO, P. Terra. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al*. (Org.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ASSENTAMENTO RECANTO DA NATUREZA. **Recanto da natureza**. Disponível em: https://www.recantodanatureza.com.br/. Acesso em: 30 ago. 2023.

BRASIL DE FATO. **Uma visão Popular do Brasil e do Mundo:** Lei da ditadura que estabeleceu função social da propriedade completa 55 anos. Brasília, 30 nov. 2019. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2019/11/30/lei-da-ditadura-que-estabeleceu-funcao-social-da-propriedade-completa-55-anos. Acesso em: 25 jun. 2024.

BRASIL. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 09 maio. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponivel em: https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae. Acesso em: 25 jun. 2024.

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000.

CALDART, R. S. O MST e a formação dos Sem Terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos Avançados**, Dossiê Desenvolvimento Rural, v. 15, n. 43, 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/. Acesso em: ago. 2023.

CALDART, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigoto, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224. Acesso em: ago. 2003.

CAPORAL, F. R.; Costabeber, J. A. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na américa latina: o Caso do Brasil. Agroecología, n.6, p.63-74, 2012.

CASSARINO, J.; Ferreira, A. D. D. Redesenhando os mercados: a proposta dos circuitos de proximidade. **Espacio Regional**, Osorno, v. 1, n. 13, p. 49-65, enero - junio 2016.

GERHARDT, T. E. **Notas para a elaboração e o desenvolvimento do método de observação**. *In*: SILVEIRA, D. T.; GERHARDT, T. E. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GUHUR, D. M. P.; TONÁ, N. **Agroecologia**. *In:* CALDART, R. S.; Pereira, I. B.; Alentejano, P.; Frigoto, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224. Acesso em: jan. 2024.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

MARÉS, F. C. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira:** origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p.151-172, jan./jun. 2006.

MOREIRA, E. M. O Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu-Pr: Desenvolvimento Socioeconômico e os Impactos da Politica de Assentamentos para a Reforma Agrária. **Emancipação**, Ponta Grossa, n. 13, p. 145-158, 2013.

MORRISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001. Disponível em: https://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotlt&pagfis=4973**.** Acesso em: 07 mar. 2024.

OCTAVIANO, C. Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde. **Com Ciência**, Campinas, n. 120, p. 1, 2010, Disponível em: http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600006&lng=es**.** Acesso em: 18 set. 2023.

OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PLOEG, J. D. V. D. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** *In:* PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura Familiar Camponesa na construção do Futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

PLOEG, J. D. V. D. **Camponeses e a arte da agricultura**: um manifesto chayanoviano. São Paulo. Unesp, 2016.

PRIMAVESI, A. Cartilha do Solo. São Paulo: Fundação Mokiti Okada, 2006. Disponivel em: https://www.udesc.br/arquivos/cav/documentos/Cartilha_do_Solo_Como_reconhecer_e_sanar_seus_problemas_16670734552389_3251.pdf. Acesso em: 23 out. 2023.

PRONKO, M; FONTES, V. **Hegemonia**. *In:* Caldart, R. S. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/26224. Acesso em: jan. 2024.

FERREIRA, G. H. C.; CEPOLINI, E. I. S. A territorialização das feiras orgânicas e agroecológicas no Brasil: algumas leituras sobre a construção de um mercado camponês. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 203, abr. 2018. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41203/751375137521. Acesso em: 10 dez. 2023.

RAPOSO, P. R.; EGGER, D. S. **Agronegócio.** *In*: DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G.; VARGAS, M. C. (Orgs.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021. Disponível em: https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/dicionario_agroecologia_nov.pdf. Acesso em: abr. 2024.

LIMA, F. V. Territorialização do Agronegócio e Resistência Camponesa. **Revista Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 73-86, jan./mar., 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/5L7WZspcTM55gRfKfghyqrv/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: abr. 2024.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1897. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4233509/mod_resource/content/0/Trivinos-Introducao-Pesquisa-em_Ciencias-Sociais.p
df. Acesso em: maio 2024.

ZENERATTI, F. L.; DUARTE, V. P. MARTINS, M. **A luta pela terra e a formação do acampamento Recanto da Natureza em Laranjeiras do Sul/Pr**. *In*: **Anais** do VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. Curitiba, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/347985984_A_LUTA_PELA_TERRA_E_A_FORMACAO_DO_ACAMPAMENTO_RECANTO_DA_NATUREZA_EM_LARANJEIRAS_DO_SULPR. Acesso em: out. 2022.

ZENERATTI, F. L. Propriedade e latifúndio: introdução ao debate sobre sua origem e perpetuação no Brasil. **Caderno de Geografia**, v. 27, n. 50, 2017. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/p.2318-2962.2017v27n50p441/11756. Acesso em: nov. 2023.